

Jornal da Câmara

BOLETO BANCÁRIO
DE BOLSAS
128 71-331182



Brasília - Quarta-feira, 4 de abril de 2001

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ano 3 - Nº 520

Plenário aprova projeto que consolida Legislação Federal

Por 399 votos contra dois, a Câmara aprovou, ontem, o substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 23/99, do Executivo, que institui normas técnicas para o trabalho de elaboração legislativa e determina a reunião do conjunto de leis federais em codificações e consolidações, constituindo em seu todo a futura Consolidação da Legislação Federal (CFL). O projeto segue para a sanção presidencial. A proposta foi aprovada com cinco emendas de redação, encaminhadas pelo relator da Comissão de Constitui-



Pedidos de urgência passarão pelo Colégio de Líderes

A partir de agora, os pedidos de urgência serão submetidos ao Colégio de Líderes antes de ir a plenário. A outra alternativa possível é o pedido de urgência contar com o número mínimo de assinaturas exigido pelo Regimento Interno, ou seja, um terço dos deputados. A decisão foi tomada pelo presidente da Câmara, Aécio Neves, em reunião com os líderes partidários ontem no gabinete da presidência. Existem atualmente 84 pedidos de urgência apresentados e 46 aprovados. Os líderes decidiram que os pedidos já aprovados passarão por uma triagem e serão trazidos à próxima reunião,

ves disse que a medida visa evitar o acúmulo de urgências concedidas sem que seja possível efetivamente votar as matérias técnicas em plenário, de onde os projetos são retirados.

O presidente da Câmara chamou a atenção dos líderes para o projeto que dispõe sobre a política nacional de conservação e uso racional de energia elétrica, cuja discussão está marcada para amanhã.

Por sugestão do líder do PTB, Roberto Jefferson, o projeto que disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo, de autoria da ex-deputada Marta Suplicy, deverá entrar na pauta de votações

cial. A proposta foi aprovada com cinco emendas de redação, encaminhadas pelo relator da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Renato Vianna (PMDB-SC). Todos os partidos orientaram o voto a favor.

Página 2



Os líderes decidiram que os pedidos já aprovados passarão por uma triagem e serão trazidos à próxima reunião, prevista para amanhã. Os projetos cujos pedidos não foram votados retornarão às comissões permanentes. Aécio Ne-

civil entre pessoas do mesmo sexo, de autoria da ex-deputada Marta Suplicy, deverá entrar na pauta de votações nas primeiras semanas de maio. Roberto Jefferson é relator do projeto, que tramita há três anos na Câmara.



O estreitamento das relações parlamentares entre Brasil e China foi o assunto principal do encontro entre o presidente da Câmara, Aécio Neves, e o embaixador chinês no Brasil, Wan Yongxiang. Participou do encontro o presidente do Tribunal de Contas da União, Humberto Souto.

CPI da Nike quebra sigilo de empresas de sócio de Pelé

A CPI que apura o contrato entre a CBF e a Nike aprovou ontem requerimento do deputado Dr. Rosinha (PT-PR) pedindo a quebra de sigilo bancário e fiscal das empresas das quais seja acionista ou quotista Hélio Viana de Freitas, sócio do jogador Pelé. Entre as empresas que serão investigadas estão a Pelé Sports & Marketing Ltda, Pelé – Dorna Sports e Marketing Ltda e Teclado Produções Artísticas Ltda.

Pela manhã, o empresário foi

ouvido pela CPI, quando assegurou que não existiram interesses de negócios da empresa por trás do acordo que envolveu o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, o Clube dos Treze, o próprio Pelé e o ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, em torno do fim do passe no futebol brasileiro. A medida, proposta pela Lei 9.615/98, a chamada Lei Pelé, estava sendo postergada pela MP 9.981/00, que a alterou. Com o acordo, o passe extinguiu-se em 26 de março.

Página 12

Jornal da Câmara

Na Internet:

www.camara.gov.br

E-mail:

jornal@camara.gov.br

Votação

Plenário aprova Consolidação da Legislação Federal

O plenário aprovou ontem, por 399 votos contra 2, o substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 23/99, do Executivo, que institui normas técnicas para o trabalho de elaboração legislativa e determina a reunião do conjunto de leis federais em codificações e consolidações, constituindo em seu todo a futura Consolidação da Legislação Federal (CFL). O projeto segue para a sanção presidencial.

A proposta foi aprovada com cinco emendas de redação, encaminhadas pelo relator da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Renato Vianna (PMDB-SC). Todos os partidos orientaram o voto a favor. Pelo texto aprovado, a consolidação das leis federais será feita mediante a integração de todas as leis pertinentes a determinada

va dos dispositivos que forem consolidados. Para tanto, os poderes Executivo e Legislativo deverão proceder ao levantamento de toda a legislação federal em vigor. Todas as revogações de diplomas ou dispositivos legais deverão ser precisamente indicadas.

Discutiram o projeto os deputados Fernando Coruja (PDT-SC), que defendeu a aprovação frisando ser necessário superar a balbúrdia das muitas leis esparsas que se encontram em vigor; Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP), que defendeu a rejeição, argumentando ser um absurdo que uma proposta deste tipo venha do Executivo, e não do próprio Congresso; e professor Luizinho (PT-SP), que apoiou o projeto no mérito, mas propôs a obstrução por entender que o Congresso encontra-se subjugado e

Presidência

O presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Humberto Sou- to, defendeu uma maior integração entre o TCU e a Câmara, com ampla divulgação dos trabalhos do tribunal pelos meios de comunicação da Câmara, em encontro ontem (3) com o presidente Aécio Neves.



O embaixador da Ucrânia, Olexader Nykonoenko, foi recebido ontem (3) pelo presidente da Câmara, Aécio Neves. Participou do encontro o presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia, deputado Ricardo Barros (PPB-PR).

a favor. Pelo texto aprovado, a consolidação das leis federais será feita mediante a integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se as leis incorporadas, sem interrupção da força normati-

Luizinho (PT-SP), que apoiou o projeto no mérito, mas propôs a obstrução por entender que o Congresso encontra-se subjugado e humilhado por não poder cumprir sua atribuição constitucional de fiscalizar o governo.



Brasil-Ucrânia, deputado

Ricardo Barros (PPB-PR).

BARBEITAS ESTRÉIA SALA DE MÚSICA NA RÁDIO CÂMARA

O especialista em música erudita, Frederico Barbeitas, está à frente do programa *Sala de Música* que estreou, no último domingo, na Rádio Câmara FM. A programação é abrangente e inclui peças que vão desde o período medieval até as produções contemporâneas.

O *Sala de Música* irá ao ar todos os domingos das 19h às 21h. Os brasileiros que gostam de composições eruditas já conhecem bem o trabalho de Barbeitas. Dono de um acervo pessoal de três mil discos, ele produziu e apresentou um programa nos mesmos moldes durante 10 anos, na Rádio Cultura



Frederico Barbeitas

FM. Frederico Barbeitas acredita que a transferência para a Rádio Câmara

No próximo domingo, serão apresentadas músicas de Johannes Bree, além

será uma forma de continuar atendendo a um público cada vez mais interessado em música erudita.

O programa de estréia na Rádio Câmara, no último dia 1º de abril, teve como destaque uma homenagem ao centenário de morte do compositor italiano Giuseppe Verdi.

de detalhes sobre a vida e a obra do mestre holandês. Em 2001, estão sendo comemorados os 200 anos de nascimento de Bree.

O *Sala de Música* é o mais recente programa da Rádio Câmara FM que oferece também uma extensa cobertura dos fatos políticos e culturais do país. Toda a programação da emissora está à disposição de rádios de outras partes do país. O acesso via satélite é gratuito. O telefone para informações técnicas é o 0-XX-61-318.8313. Há um técnico à disposição dos interessados de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h.

Plenário

Graziano critica invasão da fazenda de Flecha de Lima

O deputado Xico Graziano (PSDB-SP) criticou a invasão da fazenda do embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima, no município de Umuarama, em Minas Gerais, pelo Movimento Sem-Terra, garantindo que, de uma área total de 9.600 hectares, 8.500 são utilizados com plantações de grãos ou criação de gado leiteiro da melhor qualidade. “O restante é composto de florestas e mata virgem”, disse.

Lembrando ser um defensor da reforma agrária desde o início da luta nos anos 50, acredita que as diversas políticas implementadas pelo governo foram, aos poucos, transformando o modelo agrícola, com os latifúndios cedendo lugar às empresas rurais. “Continuamos defendendo a reforma agrária, mas uma reforma de produção e não de invasão de terras produtivas”, concluiu.

Plenário

Oposição reage à criação da Corregedoria-Geral

O deputado José Genoíno (PT-SP) considerou como sendo um desrespeito aos Três Poderes da República a criação da Corregedoria-Geral da União para investigar denúncias de corrupção no governo federal. “Como é que o Executivo vai se auto-investigar por uma pessoa demissível e que não tem poderes para pedir documentos secretos do Banco Central, já que não tem poder legal para quebrar sigilo bancário e fiscal”, protestou. O deputado condenou a iniciativa do Executivo e acusou o presidente Fernando Henrique de criar o novo órgão para evitar a instalação da CPI. Segundo o parlamentar, a procuradora Anadyr Mendonça Rodrigues, “que não tem poder, mandato nem verba para tocar a sua corregedoria”, foi prestigiada pelo procurador-geral



Deputado José Genoíno

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também condenou a criação da Corregedoria. “Oitenta e quatro por cento da população já disseram que querem uma CPI e não uma farsa”, criticou a parlamentar, para quem trata-se de uma brincadeira o fato de o governo criar um

tado popular: quem não deve não teme, senhor presidente”, disse.

Outro que reiterou a necessidade da instalação da CPI, também criticando a criação do cargo de corregedor para investigar as denúncias de corrupção, foi o deputado **Waldomiro Fioravante (PT-RS)**. Ele considera inaceitável que tantas denúncias que já surgiram contra o governo continuem sem apuração. Para ele,

é uma questão de honra para deputados e senadores assinarem o requerimento para a criação da CPI, cumprindo assim seu compromisso com a sociedade. Ele referiu-se ainda às últimas notícias de que o governo estaria gastando cerca de R\$ 1,5 bilhão na liberação de emendas

Pedro Canedo elogia novo órgão e condena pré-julgamentos

Para o deputado Pedro Canedo (PSDB-GO), “a nação amancebuou aliviada” com a criação da Corregedoria-Geral da República. “Mais uma vez, o presidente mostra que o estadista tem que ter paciência”, disse o deputado, acrescentando que a procuradora “merece toda a confiança do povo brasileiro e não pode, de forma alguma, ter um pré-julgamento daqueles que querem colocar em risco a governabilidade, e com o Congresso Nacional criando uma CPI meramente eleitoreira”. Segundo Canedo, os 360 parlamentares que negaram apoio ao pedido de instalação da CPI da Corrupção estão sendo execrados em seus estados. Ele ressaltou que a corregedoria-geral terá um papel fundamental na investigação de qualquer denúncia fundamentada



Deputado Pedro Canedo

comunicação e do arco de alianças de potentados da política nacional.”

Márcio Bittar (PPS-AC), por sua vez, afirmou que a opinião pública vem acompanhando todo o processo de instalação da CPI e que expressará, nas urnas, a sua

mandato nem verba para tocar a sua corregedoria”, foi prestigiada pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, por ter declarado, durante a solenidade de posse, que o Ministério Público abriria mão das suas prerrogativas para que a Corregedoria-Geral cumprisse a sua função. Genoíno também condenou a posição do presidente do Congresso Nacional, Jader Barbalho, pelo apoio ao novo órgão. “O Poder Legislativo parabeniza a perda de suas prerrogativas, o MP participa da cena para valorizar a procuradora Anadyr e a República mergulha no solo e no pântano da impunidade, da falta de cerimônia e da falta de ritual”, repudiou. Genoíno lamentou o fato de a mídia nacional anunciar o ato como grande fato político, “quando na verdade, trata-se de um desrespeito à sociedade”. “Quero preservar o direito de me revoltar contra essa cena que mancha a República não só por parte do presidente da República como também do procurador-geral e do presidente do Congresso”, salientou.

criticou a parlamentar, para quem trata-se de uma brincadeira o fato de o governo criar um cargo de ministro para investigar o próprio Executivo. “O presidente disse que não devemos misturar alhos com bugalhos, mas eu respondo com outro di-

notícias de que o governo estaria gastando cerca de R\$ 1,5 bilhão na liberação de emendas parlamentares. “Gente do governo investigando o próprio governo é querer tapar o sol com a peneira”, criticou o parlamentar.

Wagner Rossi propõe comissão externa da Câmara em Santos

O deputado Wagner Rossi (PMDB-SP) defendeu a criação de uma Comissão Externa da Casa para acompanhar as negociações dos trabalhadores portuários de Santos (SP), que paralisaram suas atividades em reação às mudanças na escala dos trabalhadores avulsos. Embora a legislação determine que a escala deve ser feita pelo Ogmo (Órgão Gestor de Mão-de-obra), o deputado afirma não ser possível desconsiderar a tradição de 70 anos em que a escalação dos trabalhadores é feita pelo Sindicato dos Estivadores. “Isso é feito sem qualquer ônus para a sociedade, com o próprio sindicato assumindo os custos desta tarefa”, explicou. Ele ressaltou que os sindicatos

portuários e a Sopesp, que representa os empresários, haviam acertado uma transição negociada com o Ogmo, fazendo a escala através de trabalhadores do sindicato e, assim, pacificando as relações no cais santista. Rossi responsabilizou o Ministério Público de criar uma situação “conturbada”, com prejuízos para todos: porto paralisado, conflito entre trabalhadores e polícias, trabalhadores feridos e radicalização desnecessária de posições. Para ele, a intermediação da Câmara, através de uma comissão externa, poderá ajudar na construção do entendimento entre trabalhadores, empresários e governo, salvaguardando os legítimos direitos dos trabalhadores.

seus estados. Ele ressaltou que a corregedoria-geral terá um papel fundamental na investigação de qualquer denúncia fundamentada envolvendo o governo.

Segundo o deputado **Luiz Bittencourt (PMDB-GO)**, a investigação das irregularidades denunciadas só pode ser levada a cabo por um órgão com densidade política e poder efetivo para furar bloqueios poderosos. O deputado disse “que o governo está fragilizado, apesar do apoio do capital internacional, dos meios de

sua vez, afirmou que a opinião pública vem acompanhando todo o processo de instalação da CPI e que expressará, nas urnas, a sua insatisfação. Lembrando o velho ditado de que “quem não deve não teme”, o deputado condenou a posição do governo que, segundo ele, vem usando de todos os artifícios para impedir a apuração das denúncias. Ele ainda criticou a indústria da “arapongagem”, afirmando que somente uma CPI poderia acabar com a matéria-prima que dá sustentação a essa prática.

Medina: país está preparado para enfrentar turbulências

O deputado Rubem Medina (PFL-RJ) disse estar convicto de que o Brasil se preparou, mais que nas vezes anteriores, para as turbulências financeiras que voltaram a rondar o mundo, citando os exemplos da Turquia, do Japão e da Argentina. Para ele, a globalização pode ser considerada uma espécie de “contaminação” – para o bem ou para o mal – avaliando que, no Brasil, passamos da obsolescência das telecomunicações para a disseminação do celular, para a informa-

tização de muitas atividades e também para os riscos que, segundo ele, são muitos. O parlamentar advertiu, porém, que ainda faltam várias reformas, como a tributária, o complemento da reforma da Previdência e, principalmente, a reforma política, ponderando que o Brasil não pode parar no aperfeiçoamento de sua estrutura econômica e social. Ao concluir, Medina apelou para que o Poder Legislativo participe mais ativamente das mudanças a serem efetivadas.

Plenário

Barbieri defende candidatura própria do PMDB para 2002

A adoção de uma postura independente em relação ao governo federal e o lançamento de candidato próprio do partido à Presidência da República em 2002 foram defendidos pelo deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP), que destacou a importância da disputa pelo Diretório Estadual em São Paulo por sua chapa, a Unidade Partidária. Segundo contou, houve tentativas de conciliação dos dois grupos que concorrerão ao diretório, vinculados aos pré-candidatos ao governo paulista, deputado Michel Temer e ex-governador Orestes Quércia, mas não se conseguiu um acordo. A escolha dos diretórios estaduais do PMDB acontecerá em 20 de maio.

O deputado ressaltou que a eleição em São Paulo refletirá se o partido deve seguir um caminho próprio ou "se acomodar", referindo-se à independência em



Deputado Marcelo Barbieri

defesa do país contra um modelo econômico que nos é imposto pelo interesse de uma nação poderosa", disse, ao criticar a forma como o governo brasileiro enfrentou as pressões dos Estados Unidos para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), na recente visita do presidente Fernando Henri-

disputa de mercados na América Latina, onde o Brasil já possui uma liderança.

Marcelo Barbieri apontou o PMDB como alternativa democrática e de soberania para o Brasil, defendendo a candidatura do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, à Presidência da República, "porque ele teve a postura de defesa dos interesses do Brasil, assim como o faz em Minas". O fato de o país ter crescido 6% em 1994 foi indicado como exemplo das preocupações de Itamar em manter o crescimento. A luta histórica do partido, desde a época em que ainda era MDB, foi recordada por Barbieri para ilustrar seu vínculo com a defesa dos interesses nacionais, da democracia e da justiça social aliada ao crescimento econômico. "Há um grande sentimento na base do PMDB a favor de

Projeto regulamenta divulgação de pesquisas

O deputado Aldo Arantes (PCdoB-GO) anunciou a apresentação de projeto de sua autoria que trata da regulamentação da divulgação das pesquisas eleitorais. "Não foram poucas as reclamações ouvidas nesta Casa sobre a divulgação das pesquisas", alertou, afirmando que as pesquisas não podem continuar sendo instrumento de propaganda de vários candidatos.

O parlamentar acredita que têm ocorrido distorções e abusos capazes de induzir o eleitorado, registrando que a Lei 9.504/97, ao estabelecer o registro prévio, na Justiça Eleitoral, dos dados de cada pesquisa, permite aos parti-

que a fraude na elaboração de pesquisa é conduta criminalizada. "O problema reside na divulgação. Nem sempre a mídia divulga todas as pesquisas, passando a falsa idéia de que o pleito já está definido, influenciando uma parcela menos crítica do eleitorado", advertiu, propondo a obrigatoriedade de divulgação conjunta de todas as pesquisas.

Jandira Feghali registra 79 anos do PCdoB

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) registrou que neste 25 de março o Partido Comunista do Brasil

eleição em São Paulo renuncia se o partido deve seguir um caminho próprio ou “se acomodar”, referindo-se à independência em relação a outras legendas. “Nós buscamos fazer do PMDB o porta-voz do sentimento patriótico de

dos Unidos para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), na recente visita do presidente Fernando Henrique àquele país. Classificou a postura brasileira de “muito tímida” nessa questão que envolve a

democracia e da justiça social aliada ao crescimento econômico. “Há um grande sentimento na base do PMDB a favor de que o partido volte a ser o grande orientador do crescimento do país”, concluiu.

prévio, na Justiça Eleitoral, dos dados de cada pesquisa, permite aos partidos e candidatos o exercício da fiscalização, sendo

Paulo Feijó solidariza-se com funcionários e direção da Petrobras

O deputado Paulo Feijó (PSDB-RJ) solidarizou-se com os funcionários e a diretoria da Petrobras pelo acidente na Plataforma 36, na Bacia de Campos. Ele reconheceu que a gravidade do acidente indica que houve falhas, sejam elas técnicas ou humanas, que contribuíram para a morte de 11 pessoas, lembrando, no entanto, que, sob a administração de Henri Philippe Reichstul, “a empresa tem crescido de modo ordenado, com transparência agressiva no mercado que compete, pretendendo elevar até 2005 sua produção do atual 1,6 milhão de barris por dia para 2,5 milhões de bar-

ris diários”.

O parlamentar disse que acompanhou o depoimento de Reichstul na Câmara e ficou convencido da preocupação da direção da empresa em esclarecer as causas do acidente. Como representante da Comissão de Minas e Energia na comissão externa que investiga o acidente, Paulo Feijó garantiu que os parlamentares se empenharão na identificação da origem do problema, para evitar que novos casos ocorram. “Mas temos que usar do bom senso neste instante, evitando atingir a imagem da Petrobras e buscando assegurar à nação a preservação de um patrimô-

nio público inestimável e de importância estratégica para o Brasil”, enfatizou.

Nelson Pellegrino (PT-BA), por sua vez, registrou a aprovação no Senado, do Projeto de Lei que trata da anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores integrantes da categoria de trabalhadores da indústria de extração, exploração, estocagem e transferência a perfuração, destilação, produção de refino de petróleo e seus derivados. Segundo explicou, este projeto visa anistiar militantes petroleiros que, de setembro de 1994 até hoje, foram demitidos pela direção da Petrobras, em função da par-

ticipação nesses movimentos. “Principalmente no ano de 1995, onde os petroleiros já denunciavam a situação da empresa, com uma política sucessiva de desprestígio com os trabalhadores da empresa, desvalorização da mão-de-obra e com a terceirização”, salientou. O deputado disse que, depois do acidente com a P-36, que levou a vida de 11 petroleiros e causará um prejuízo ao país de R\$ 450 milhões, considera de grande importância o Congresso Nacional passar uma esponja neste passado de perseguições e de demissões, empreendido por sucessivas direções a mando do governo federal.

ghali (PCdoB-RJ) registrou que neste 25 de março o Partido Comunista do Brasil completou seu 79º aniversário de fundação, com comemorações e solenidades promovidas pelos seus integrantes em todo o país. Ela lembrou a luta de seu partido pela efetivação das liberdades no país e, sobretudo, sua conduta ética ao longo de toda a sua existência. “Esta data tem significado especial para nós, comunistas, pelos compromissos inarredáveis que nosso partido sempre teve com a classe operária que lhe inspirou e lhe deu origem, com os trabalhadores e os povos oprimidos daqui e de todo o mundo e, principalmente, por seu amor inabalável pela pátria e sua soberania política e territorial”, afirmou a parlamentar, ressaltando que foi graças a esta atuação ética e heróica que o partido, atualmente, sob a sigla do PCdoB, “influenciou e influencia de forma indelével todo o século passado, os embates de debates dos dias atuais e continuará a contribuir com sua marca para a construção de um novo país”.

Comissões

Estados e empresas defendem mudanças na lei do saneamento

Representantes de empresas estaduais de saneamento defenderam ontem em audiência pública na Comissão Especial de Saneamento mudanças no projeto de lei do Executivo que estabelece a política nacional para o setor. O Fórum Nacional de Secretários de Saneamento e a Associação das Empresas Estaduais de Saneamento Básico (Aesbe) apresentaram ao relator, deputado Adolfo Marinho (PSDB-CE), 19 propostas de emendas ao PL 4.147, que tratam basicamente da definição de titularidades e estabelecem dispositivos para evitar a centralização regulatória do setor.

O coordenador do Fórum, Antônio Carlos Mendes Thame, secretário de Recursos Hídricos de São Paulo, explicou que o objetivo das mudanças propostas pelas empresas estaduais é garantir tranquilidade jurídica, exequibilidade prática e universalização dos serviços. Ele argumenta que dados do SUS demonstram a urgência da expansão dos serviços, já que, de cada 10 pa-



Deputado Adolfo Marinho (D) é o relator da matéria na comissão

cientes internados em hospitais brasileiros, sete são vítimas de doenças de veiculação hídrica.

Thame lembrou que as duas entidades encaminharam o primeiro anteprojeto ao Executivo, cujos princípios básicos foram mantidos na proposta encaminhada ao Congresso. A mudança nos critérios para a definição das titulari-

dades no setor, no entanto, são, segundo Antônio Carlos Thame, indispensáveis para o funcionamento adequado dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

Os secretários do Rio de Janeiro e Paraíba, Luiz Henrique Lima e Aracilba Alves da Rocha, argumentaram que a maioria dos sis-

temas atualmente são interdependentes e a gestão estadual seria a mais adequada para garantir a viabilidade operacional e a distribuição dos investimentos. A titularidade municipal, na opinião deles, ficaria restrita aos municípios com sistemas de saneamento completamente autônomos.

Privatização

Os membros da comissão, no entanto, manifestaram preocupação com a efetiva necessidade de transferência da titularidade para os estados nos casos de interesse comum nos serviços de saneamento. Os deputados Pedro Fernandes (PFL-MA) e Maria do Carmo Lara (PT-MG) alertaram que as vantagens com a transferência da titularidade para os estados, como o subsídio cruzado que permite investimentos em áreas mais pobres, se tornariam nulas com a privatização do setor. Os deputados Custódio Mattos (PSDB-MG) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES) acreditam que os efeitos da transferência de

titularidade dos municípios para os estados precisam ser discutidos mais detalhadamente. A universalização dos serviços, segundo eles, não será automática com a definição das titularidades.

Já o deputado Alexandre Cardoso (PSB-RJ) crê que a política tarifária não está clara no projeto e os investimentos das companhias estaduais para a universalização dos serviços dependerão da contrapartida das tarifas. O diretor-presidente da Aesbe, Ariovaldo Carmignani, lembrou, no entanto, que as empresas estaduais hoje são responsáveis pelo atendimento de 85% da população urbana do país com investimentos de quase R\$ 9 bilhões entre 1995 e 1999. O deputado Adolfo Marinho (PSDB-CE), relator da comissão, acredita que temas como o controle social, a regulação e a universalização efetiva dos serviços têm sido tratados de forma tópicos e precisam ser aprofundados para garantir um sistema de saneamento eficiente e justo.

Desconsi critica

ANP desconhece causas do acidente na P-36

Desconsi critica decreto que muda aposentadoria

O deputado Orlando Desconsi (PT-RS) registrou audiências da Anapar (Associação de Previdência Complementar) com o ministro da Previdência Social, Roberto Brandt, e com o presidente da Casa, deputado Aécio Neves, a quem pediu empenho para a retirada do Decreto 3.721, que modificou a idade mínima para a aposentadoria dos participantes.

O parlamentar criticou a edição do decreto, lembrando que o assunto já havia sido debatido e votado na Casa e enviado ao Senado Federal. “Modificar a Previdência Complementar através de decreto é uma desumanidade com as pessoas que têm pouco tempo para se aposentar”, disse, afirmando esperar respeito aos acordos que já foram feitos na Câmara acerca do assunto. Orlando Desconsi também registrou sua participação em audiência com a CNBB e a ABI às quais foi pedido apoio para a CPI da Corrupção.

ANP desconhece causas do acidente na P-36

Em audiência pública realizada pelas comissões de Minas e Energia e Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, além da Comissão Externa de Fiscalização e Segurança das Plataformas da Petrobras, o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, David Zylbersztajn, informou que a ANP constituiu um grupo de trabalho que vai investigar em conjunto com a Marinha brasileira as causas do acidente ocorrido com a plataforma P-36.

Zylbersztajn explicou que as causas ainda não foram definidas e eximiu a ANP das responsabilidades pelo ocorrido, lembrando que o grupo tem um prazo de 60 dias para apresentar o relatório, após conhecer o relatório da Petrobras. Segundo ele, a plataforma atendia as normas internacionais de segurança operacional e ambiental e estava funcionando adequadamente, não tendo sido registrada, neste quase um ano de funcionamento, nenhuma denúncia ou alerta nos registros da ANP.

O diretor-geral informou que a Agência tomou conhecimento do acidente três horas após o ocorrido e que imediatamente enviou dois técnicos ao local



Zylbersztajn (E) disse que agência tem 60 dias para descobrir razões do acidente

para acompanhar os procedimentos adotados pela Petrobras para contornar os danos e evitar o afundamento. Destacando as dificuldades para investigar as hipóteses que poderiam ter gerado a tragédia com a P-36, que está a uma profundidade de 1.360 metros, David Zylbersztajn afirmou que a ANP destacou técnicos altamente capazes para integrar o grupo de trabalho, que farão simulações e cálculos matemáticos a fim de encontrar uma linha investigatória para descobrir o verdadeiro motivo que levou a plataforma para o fundo do oceano.

“Não vou defender hipóteses, sem antes ter certeza do que ocorreu”, disse o diretor, ressaltando que esta postura visa não ofender pessoas e instituições.

Ao indagarem Zylbersztajn sobre como se desenvolve a fiscalização da Agência Nacional de Petróleo nas plataformas e dutos brasileiros, os deputados tomaram conhecimento de que a ANP exige os certificados de construções das plataformas, de impacto ambiental e de segurança de todos os órgãos envolvidos, cada um em sua área. Ele informou que fiscalizações *in loco* nas refinari-

Sônia Balocchi

as e plataformas eram feitas esporadicamente, salientando que esse tipo de procedimento, em países mais avançados na legislação, como os Estados Unidos, é realizado a cada seis meses. Ele afirmou que numa plataforma do porte da P-36, fiscalizações e *check up* por parte da ANP ou de qualquer outro órgão são quase impossíveis. Ele explicou que as regras operacionais aplicadas em todo o mundo dão ao próprio operador da plataforma o status de técnico, sendo ele a autoridade maior para dar o alerta de um defeito quando o constata, caso não consiga consertá-lo. “Existem casos em que se faz uma vitória hoje e uma vazão de gás ocorre daqui a um mês ou dois, gerando um acidente”, disse o diretor da ANP, ressaltando que a agência agora vai se dedicar mais a essa questão de segurança, em virtude do aprendizado com o acidente da P-36.

O deputado Salatiel Carvalho (PMDB-PE) elogiou o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, pela importância que deu à tragédia com a P-36, instalando em tempo recorde a comissão externa para debater o assunto.

Trabalho infantil

Vontade política

■ **Confúcio Moura**

Deputado Federal PMDB/RO

Fico feliz em escrever sobre esse tema para poder falar do pólo de demonstração, verdadeiro laboratório de combate ao trabalho infantil que funciona no Garimpo do Bom Futuro, em Rondônia.

Junto com outras modalidades de trabalho de crianças, como os carvoeiros, os quebradores de coco e os meninos do sisal, em Rondônia tinham os pequenos garimpeiros, que labutavam nos lamaçais, em situação de perigo, ao lado de máquinas pesadas disputavam sobras de cassiterita (minério de onde se extrai o estanho), barrancos ameaçavam, mosquitos picavam e mesmo assim diariamente estavam na lida junto com os pais.

Eram muitos. Houve época de mais de dez mil garimpeiros. Desfizeram montanhas, lavaram a terra e separaram manualmente o mineral, mais tarde é que chegou a mecanização.

Trabalho pesado e desumano para os adultos. Assassinatos diários, os corpos ficavam expostos até que policiais aparecessem para o traslado. Valia a lei do silêncio: "ninguém viu nada.". O contrabando e o tráfico de drogas prosperaram nesta época.

O garimpo era uma Babel.

As crianças viviam ali e trabalhavam. Há registros de meninos de cinco anos cumprindo jornadas com os pais. Escolas não tinham. A deputada Marinha Raupp e eu denunciámos. A deputada Dalila Figueiredo também. O deputado pernambucano Humberto Costa discursou no plenário denunciando esta aberrante situação.



Criança na escola

■ **Joel de Hollanda**

Deputado Federal PFL/PE

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, sete milhões de brasileiros entre cinco e dezessete anos trabalham nas cidades e no campo. Os motivos que empurram nossas crianças para o trabalho precoce todos conhecemos: baixos salários pagos aos pais (isso quando têm salário), aliados à falta de sensibilidade de empregadores, que enxergam o trabalho infantil apenas como mais um instrumento de mão-de-obra, fácil e barata.

Os esforços para devolver essas crianças para a própria infância podem ser considerados aquém do desejável, mas não podemos ignorar que estamos avançando. Neste sentido, acredito que há motivos para comemorar a entrada em vigor da Convenção 182, da Organização Mundial do Trabalho (OIT), que determina o combate imediato às piores formas de trabalho infantil.

Desde o dia dois de fevereiro último, estão proibidos no Brasil qualquer trabalho perigoso para a saúde de menores de 18 anos, a prática da escravidão infantil, o tráfico de crianças, a servidão por dívidas, o trabalho forçado e o recrutamento para conflitos armados.

Não dá para ignorar o fato de que apenas proibir o trabalho infantil, dentro das normas preconizadas pela Convenção 182, seja o suficiente para resolver o problema. Temos ainda um longo caminho a seguir. Possibilitar, por exemplo, a entrada em vigor da Convenção 138, que determina o combate a qual-

As crianças tinham um calendário. Há registros de meninas de cinco anos cumprindo jornadas com os pais. Escolas não tinham. A deputada Marinha Raupp e eu denunciemos. A deputada Dalila Figueiredo também. O deputado pernambucano Humberto Costa discursou no plenário denunciando esta aberrante situação.

O ambiente político foi criado, houve envolvimento de parceiros e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi implantado.

Ano passado, a UNESCO concedeu o primeiro lugar, com louvor ao trabalho feito no GARIMPO DE BOM FUTURO. Escola com seiscentos alunos com transporte escolar, funcionando em tempo integral, programa de bolsa – escola em funcionamento, complementações das atividades escolares, aulas de técnicas agrícolas, práticas esportivas, café da manhã, almoço e jantar para todos, transporte escolar.

A gestão do programa é compartilhada entre o Conselho Comunitário, a Prefeitura Municipal de Ariquemes e a Secretaria de Ação Social do Governo Federal, é a moderna gestão da escassez, onde cada um faz a sua parte, demonstrando claramente que soluções existem para as nossas mazelas sociais, primeiro vem a vontade política para resolver, segundo o envolvimento local, terceiro os recursos financeiros.

Com isto ganha a criança e ganha o Brasil, porque lugar de menino é na escola.

mas se para ignorar o fato de que apenas países e empresas privadas, estão das normas preconizadas pela Convenção 182, seja o suficiente para resolver o problema. Temos ainda um longo caminho a seguir. Possibilitar, por exemplo, a entrada em vigor da Convenção 138, que determina o combate a qualquer forma de trabalho infantil.

Paralelo a isso, fazer chegar o Programa Bolsa-Escola - onde a família recebe ajuda financeira para manter a criança estudando - em todos os cantos e recantos do país. Temos como fazê-lo e o meu estado está dando exemplo disso.

Muito me orgulha afirmar que Pernambuco foi a única unidade federativa que conseguiu, em 1999, ampliar o número de beneficiados com o programa, além de ter adotado um modelo de gestão e racionalização dos recursos, que resultou na obtenção de 60% da verba destinada a todo o país.

Segundo Pitágoras, “eduquem as crianças e não será necessário castigar os homens”. Quando um governo valoriza seus pequenos cidadãos, dando-lhes condições de acesso ao conhecimento, é capaz de encarar qualquer desafio, qualquer adversidade, pois estará investindo em sua maior riqueza - o seu povo.

Que só espera uma chance para mostrar ao mundo que grande país nós somos.

Jornal da Câmara ANEXO I, 15º ANDAR, SIA 605 FONE: (0xx61) 318-5098/99 FAX: (0xx61) 318-2196	Disque Câmara 0800 619619		Tv Câmara - canal 14 -Net/DF canal 28 -Sky	 www.agencia.camara.gov.br	Mídias Alternativas Internet/Intranet midias@camara.gov.br
Jornal da Câmara na internet: www.camara.gov.br / E-mail: jornal@camara.gov.br					
Mesa da Câmara dos Deputados Presidente: Aécio Neves 1º Vice-Presidente: Efraim Morais 2º Vice-Presidente: Barbosa Neto 1º Secretário: Severino Cavalcanti 2º Secretário: Nilton Capixaba 3º Secretário: Paulo Rocha 4º Secretário: Ciro Nogueira Suplentes: Pedro Valadares, Salatiel Carvalho, Ênio Bacci, Wilson Santos Procuradoria Parlamentar: Ricardo Izar Ouvidoria Parlamentar: Luiz Antonio Fleury Diretor-Geral: Ademar Silveira Sabino Secretário-Geral da Mesa: Mozart Vianna de Paiva	SECOM - Secretaria de Comunicação Social Diretor: Ronaldo Paixão (061) 318-5085 / Fax: (061) 318-2108 Divulgação: Sonia Costa (061) 318-5085 Relações Públicas: Osvaldo Vaz Morgado (061) 318-5092 Rádio Câmara: Vladimir Almeida (061) 318-8310 TV Câmara: Sérgio Chacon (061) 318-5080 Agência Câmara: Ademir Malavazi (061) 318-8473 Mídias Alternativas: Arnolfo Carvalho (061) 318-7420	Jornal da Câmara Diretora: Amneres Pereira (061) 318-5098/99 - Fax: (061) 318-2196 Editores-Chefe: Marina Carvalho Editores: Marcondes Sampaio, Luís Cláudio Pinheiro, Oscar Telles, Vera Ramos, Vânia Alves, Roberto Seabra, Luís Renato Diagramadores: Antônio Alves Ferreira Júnior, José Alberto de Almeida Filho, André Cerino, José Antonio Filho e Roselene Guedes Ilustrações: André Cerino Revisoras: Isolda Marinho, Heloisa Lira, Malva Beatrice Fotografia: J. Batista, Salu Parente, Sônia Baiocchi, Elton Bomfim, Benedita Passos, Lelo Impressão: Imprensa Nacional, Presidência da República			

AGENDA

Programação TV Câmara

HORÁRIO	Quarta 04/04
7:30	Palestra: Aceitação
8:30	Tradição Ocidental (29) As Guerras Religiosas
9:00	Brasil em Debate Dep. Djalma Paes e Luciana Santos, prefeita de Olinda/ lei de responsabilidade fiscal e ameaça de desabamentos em prédios históricos de Olinda
9:30	Comissão de Educação (ao vivo)
12:30	Os impressionistas (04) Paul Cézanne
13:00	Arte Brasil - Tá Na Mesa
14:00	Plenário ao Vivo
19:30	Os impressionistas (04) Paul Cézanne
20:00	Arte Brasil - Tá Na Mesa
21:00	Tradição Ocidental (29) As Guerras Religiosas
21:30	Jornal da Câmara
22:00	Brasil em Debate: Deputado Eliseu Resende/ possibilidade de racionamento de energia no Brasil
22:30	Reapresentação de Sessão Plenária ou de Comissão
1:00	Jornal da Câmara
1:30	Brasil em Debate: Deputado Eliseu Resende/ possibilidade de racionamento de energia no Brasil
2:00	Tradição Ocidental (29) As Guerras Religiosas
2:30	Palestra: Aceitação
3:30	Os impressionistas (04) Paul Cézanne
4:00	Arte Brasil - Tá Na Mesa
5:00	Reapresentação de Sessão Plenária ou de Comissão
7:00	Conexão Sebrae

Agenda da Câmara

QUARTA-FEIRA, 04.04.01

PLENÁRIO

Hora: 16:00 Pauta: Apreciação do PLC 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios. Também em pauta o PL 3.875/93, do Senado, que dispõe sobre a política nacional de conservação e uso racional da energia elétrica; o PLP 177/01, do deputado Jorge Bittar (PT-RJ), que regulamenta o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

COMISSÕES

Educação

Hora: 10:00 Pauta: Apreciação do PR 84/00, do deputado Professor Luizinho (PT-SP), que institui Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a merenda escolar.

Local: Plenário 10, Anexo II

Economia

Hora: 11:30 Pauta: Audiência pública sobre a reposição das perdas do FGTS - *Quem Paga a Conta?* Presença do ministro do Trabalho, Francisco Dornelles.

Local: Plenário 5, Anexo II

Plenário

Paulo Paim condena deságio no processo de correção do FGTS

O deputado Paulo Paim (PT-RS), ao condenar a proposta para correção do FGTS, acusou o governo de ter "inventado" o deságio em cima das contas que ele próprio criou e que provocará uma perda de 15% do que têm direito os trabalhadores. Ele rebateu o argumento de que o empregado perderia essa quantia de qualquer forma, ao ter que bancar as custas judiciais e também honorários advocatícios. "Não é bem assim, uma vez que o sindicato ou a central sindical entra na Justiça com ação coletiva por meio de seus próprios advogados, que o associado não precisa pagar", explicou. Para Paim, não há motivo para o governo esperar 4 ou 5 anos para pagar a correção determinada pelo Supremo Tribunal Federal e que gira em torno de 69% para aqueles que tinham conta entre 1989 e 1990.

Com relação à multa por demissão sem justa causa, o parla-



Deputado Paulo Paim

50%, como forma de inibir demissões sem justa causa, além de também evitar um procedimento que, a seu ver, gerava um sistema de alta rotatividade, com o trabalhador voltando para a mesma empresa, porém, com o salário rebaixado. "Não há porque não concordar com esse aumento, pois só será prejudicado o empre-

balho, de Administração e Serviço Público vem realizando seguidos debates, inclusive com o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, e as centrais sindicais. Depois de assegurar que a correção é um direito adquirido por decisão do Supremo Tribunal Federal, o deputado propôs a realização de debates também nos estados, para que os sindicatos e as centrais sindicais, juntamente com os parlamentares, comecem também a participar da discussão em torno da questão.

1º emprego no RS

O deputado Orlando Desconsi (PT-RS) elogiou o desempenho do Programa Primeiro Emprego do governo do Rio Grande do Sul, destacando o índice positivo de 5 mil empregos para jovens, alcançado desde a instalação do programa, em setembro de 1999, até janeiro

racional da energia elétrica; o PLP 177/01, do deputado Jorge Bittar (PT-RJ), que regulamenta o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

COMISSÕES CCJR

Hora: 10:00 Pauta: Apreciação ao PDL 779/99, que aprova o texto das Modificações dos Convênios Constitutivos da Cooperação Financeira Internacional – CIF e do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Local: Plenário 1, Anexo II
Trabalho

Hora: 10:00 Pauta: Apreciação do PL 3.879/93, dos deputados Paulo Rocha (PT-PA) e Aloizio Mercadante (PT-SP), que aumenta o período de concessão do seguro-desemprego para um período de quatro a oito meses.

Local: Plenário 12, Anexo II
Relações Exteriores

Hora: 10:00 Pauta: Apreciação do PL 2.097/99 do deputado Mário Negromonte (PSDB-BA), que cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas.

Local: Plenário 3, Anexo II
Finanças e Tributação

Hora: 10:00 Pauta: Apreciação de proposições destacando-se o PL 3.847/97, do Senado, que dispõe sobre a gestão das entidades fechadas de previdência privada.

Local: Plenário 4, Anexo II
Ciência e Tecnologia

Hora: 10:00 Pauta: Apreciação do PL 2.501/92, do Executivo, que dispõe sobre a Política Nacional de Energia Nuclear.

Local: Plenário 13, Anexo II
Agricultura

Hora: 10:00 Pauta: Apreciação do PR 69/00, do deputado Afirton Cascavel (PPS-RR), que institui Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as desapropriações promovidas pelo Incra.

Local: Plenário 6, Anexo II

blica sobre a reposição das perdas do FGTS – *Quem Paga a Conta?* Presença do ministro do Trabalho, Francisco Dornelles.

Local: Plenário 5, Anexo II
Mista de Orçamento

Hora: 14:30 Pauta: Reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira, Economia e de Finanças e Tributação sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal – avaliação, pelo Banco Central, do impacto e dos custos fiscais, decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial – Balanço do ano 2000. Presença do presidente do Banco Central, Arminio Fraga.

Local: Plenário 2, Anexo II
Desenvolvimento Urbano

Hora: 16:00 Pauta: Reunião de audiência pública para discutir os projetos para o saneamento básico que estão em tramitação no Congresso Nacional. Presença de representantes municipais de todo o país.

Local: Auditório Nereu Ramos, Anexo II

COMISSÕES ESPECIAIS
Segurança Pública

Hora: 14:30 Pauta: Discussão do parecer do relator.

Local: Plenário 13, Anexo II
Comércio Eletrônico

Hora: 15:00 Pauta: Avaliação dos trabalhos da comissão.

Local: Plenário 12, Anexo II
Política Nacional de Saneamento

Hora: 15:00 Pauta: Audiência pública com os representantes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Local: Plenário 5, Anexo II
CPis

Recursos do Finor

Hora: 14:30 Pauta: Assuntos internos.

Local: Plenário 7, Anexo II
CBF/NIKE

Hora: 14:30 Pauta: Audiência pública com Reinaldo Ostrowsky, relações públicas da Nike do Brasil.

Local: Plenário 11, Anexo II

de 69% para aqueles que tinham conta entre 1989 e 1990.

Com relação à multa por demissão sem justa causa, o parlamentar argumenta que concorda com a penalidade, ao lembrar ter sido de sua autoria projeto de lei que elevou a multa de 40% para

Tânia Soares e Dr. Heleno avaliam resultados das privatizações

A deputada Tânia Soares (PCdoB-SE) registrou pesquisa sobre orçamento familiar feita pela Fundação Getúlio Vargas e publicada pelo *Jornal do Brasil*, revelando que as famílias brasileiras estão gastando mais dinheiro para pagar luz e telefone do que para comer. “A causa principal desse descompasso decorre do processo de privatização dos serviços públicos, que vem acarretando uma transferência de renda de milhões de brasileiros em favor de grupos nacionais e estrangeiros que detêm as concessões desses serviços”, disse. Na avaliação de Tânia Soares, a privatização não significou melhoria dos serviços, afirmando que a população mais pobre não tem acesso aos telefones e vive sob o signo das “gambiarras, pois não consegue pagar o preço proibiti-

empresa, porém, com o salário rebaixado. “Não há porque não concordar com esse aumento, pois só será prejudicado o empregador que demitir em massa”, explicou.

Sobre o FGTS, o deputado destacou que a Comissão de Tra-

vo das tarifas de energia elétrica.” Além disso, na sua visão, as empresas concessionárias sofreram um desmonte, num processo de enxugamento e demissão de seus empregados, em flagrante prejuízo dos consumidores e piora na qualidade dos serviços prestados.

Dr. Heleno (PSDB-RJ), por sua vez, elogiou o processo de privatização das telecomunicações, considerando que o último leilão de privatização da Banda E, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro proporcionou, na avaliação do parlamentar, o fechamento do ciclo de modernidade do setor. “Os grupos interessados perceberam desde o início que pisavam em terreno seguro e decidiram participar das licitações. O resultado do crescimento da telefonia no Brasil, após a privatização, tem sido excepcional”, ressaltou.

o Brasil do ano, alcançou o índice positivo de 5 mil empregos para jovens, alcançado desde a instalação do programa, em setembro de 1999, até janeiro deste ano. Desconsi também criticou a chamada Agenda Social para 2001 e 2002, lançada pelo governo federal, por trazer apenas paliativos momentâneos que em nada contribuirão para a erradicação da pobreza e servirão para privilegiar pré-candidatos à sucessão presidencial. Segundo ele, “em vez de lançar programas dessa natureza, cabem CPis das privatizações, do Proer, da pasta rosa, entre outras mais”.

Combate à pobreza

O deputado Lincoln Portela (PSL-MG) pediu a cooperação dos parlamentares para a aprovação o mais breve possível da lei complementar que permitirá a destinação dos recursos dos aumentos da CPMF e do IPI para o Fundo de Combate à Pobreza. Segundo o deputado mineiro, o programa Bolsa-Escola do Ministério da Educação está na dependência direta da aprovação dessa lei para o pagamento pontual às famílias cadastradas. “O MEC pretendia iniciar o pagamento no início de maio, mas, apesar de tramitar em regime de urgência, a previsão é que o projeto seja aprovado somente no final de maio”, lamentou.

Comissões

Idosos podem ganhar *check-up* anual gratuito no SUS

As pessoas com 50 anos ou mais de idade poderão ganhar o direito a um exame *check-up* anual gratuito nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS). A determinação é do PL 275/99, do deputado Enio Bacci (PDT-RS), que deve ser votado hoje na Comissão de Seguridade Social e Família. A medida visa assegurar aos cidadãos o direito de prevenir doenças, com base no princípio da universalidade de atendimento da população do SUS.

O *check-up*, que será custeado pelo governo e realizado em hospitais credenciados desse sistema, não dependerá de qualquer indicativo de tratamento, encaminhamento médico ou parecer. Para ter direito a realizá-lo uma vez por ano, é preciso apenas ter 50 anos ou mais de idade e apresentar uma declaração de pobreza.

Além da consulta médica, será possível fazer exames como análise de hemograma, qualitativo de urina, parasitoló-



Deputado Enio Bacci

de próstata), colesterol (triglicérides e HDL), curva glicêmica, papanicolau, colposcopia e teste ergométrico.

Para justificar seu projeto, o deputado Enio Bacci destacou dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que, com relação à expectativa de vida da população, colocam os brasileiros no mesmo patamar de cidadãos de países do primeiro mundo. Com



Deputado Marcondes Gadelha

esse envelhecimento.

O deputado Marcondes Gadelha (PFL-PB), relator do projeto na Comissão de Seguridade, defende a aprovação da medida. Para ele, o envelhecimento da população brasileira é fato notório que, inclusive, tem ocupado vários setores da sociedade, como a área de saúde. “A prevenção continua como a grande estratégia para salvar vidas e evitar doenças”, garantiu, lem-

precocemente. “Essa medida tem o grande mérito de oferecer uma proposta de ação no campo sanitário que permitirá salvar a vida de inúmeras pessoas. Isso com a redução dos custos do sistema de saúde, pois impede que as doenças se tornem crônicas e que o tratamento fique mais caro”, concluiu Gadelha.

Crianças desaparecidas

A Comissão de Seguridade deve votar, na mesma reunião, o PL 3.725/93, do deputado Luciano Pizzatto (PFL-PR), que determina a divulgação, em embalagens de leite, de informações e foto de crianças desaparecidas em todo o território nacional. Para isso, deve ser reservado um espaço de, pelo menos, 30% de uma das faces da embalagem, onde devem ser incluídos o nome da criança, apelido, local do desaparecimento e idade, endereço da família para informações e outros dados relevantes que possam identificar a criança, inclusive uma foto nítida. A Secretaria de

distribuição dos dados.

O autor da proposição, deputado Luciano Pizzatto, explica que a medida de caráter social já é adotada em vários países do mundo, em especial em várias regiões dos Estados Unidos, porque o leite circula em áreas familiares, onde pessoas de faixas etárias diferentes consomem o produto. “Desse modo, a probabilidade de encontrar menores desaparecidos aumenta muito, o que torna a medida uma providência fundamental”, disse. Para a relatora da proposta, deputada Rita Camata (PMDB-ES), como as ações e investimento do Estado são incrivelmente limitados quando se trata de prestar serviço de busca de crianças e adolescentes desaparecidos, a divulgação de fotos e dados nas embalagens de leite seguramente será um instrumento eficaz na busca por esses meninos e meninas. “E, estamos certos, o setor empresarial não se furtará a dar esta contribuição”.

Atém da consulta médica, será possível fazer exames como análise de hemograma, qualitativo de urina, parasitológico de fezes, bioquímicos de sangue, glicose (glicemia), ácido úrico, eletrocardiograma, raio X de tórax, PSA (risco de câncer

expectativa de vida da população, colocam os brasileiros no mesmo patamar de cidadãos de países do primeiro mundo. Com isso, Bacci concluiu que o Brasil está envelhecendo e que precisa evoluir, tecnologicamente e culturalmente, para acompanhar

o avanço da área de saúde. A prevenção continua como a grande estratégia para salvar vidas e evitar doenças”, garantiu, lembrando que o conhecimento científico atual nos oferece inúmeros instrumentos para prevenir doenças ou mesmo combatê-las

para informações e dados relevantes que possam identificar a criança, inclusive uma foto nítida. A Secretaria de Segurança Pública deve encaminhar a cada três meses uma nova lista atualizada com o nome dos desaparecidos para a impressão e

caz na busca por esses meninos e meninas. “E, estamos certos, o setor empresarial não se furtará a dar esta contribuição”, garantiu Camata. A reunião da comissão será realizada às 9 horas no plenário 7 do Anexo II da Câmara.

Uso de dados cadastrais poderá ser controlado

É crescente o número de correspondências, propagandas e ofertas de cartões de créditos que as pessoas recebem de empresas com que nunca tiveram qualquer relação de consumo. Isso sem contar com as mensagens do mesmo tipo recebidas via internet, uma das grandes preocupações dos recentes debates sobre comércio eletrônico ou e-commerce. E por que isso acontece? Porque as empresas cedem, umas às outras, os dados dos seus clientes, sem a permissão dos mesmos. Para acabar com esse uso indiscriminado de dados pessoais, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou conclusivamente, na última quarta-feira, o PL 2601/00, do deputado Evilásio Farias (PSB-SP), que proíbe a divulgação e cessão de dados e o envio de material de cunho comercial obtidos em razão de relação de consumo, para fins de envio de

material publicitário, solicitações ou propostas de cunho comercial.

Segundo o autor do projeto, a intenção é justamente proteger o cidadão contra os excessos de propaganda e propostas comerciais enviadas por correio, telefone, fax e caixa postal eletrônica. Essas informações, explicou, são normalmente obtidas junto a fornecedores de bens e serviços que, na maioria das vezes, comercializam-nas sem autorização dos titulares dos dados. A exceção seria para correspondências de cunho religioso, de partidos políticos e entidades filantrópicas reconhecidas como de utilidade pública. “Creio ser um direito básico do cidadão poder optar livremente pelo recebimento de material publicitário, ao menos em sua casa ou no local de trabalho”, avaliou Farias.

Na opinião do relator da proposta, deputado Salvador Zimbalardi (PSDB-SP), os problemas com

o excesso de propagandas recebidas foram potencializados com o e-commerce. “Os usuários de internet são obrigados a receber diversas correspondências a eles endereçadas, muitas delas meras propagandas de bens e serviços, com óbvias implicações sobre sua conta telefônica”, afirmou.

A proposta deixa claro, entretanto, que fica aberta a possibilidade de que os dados estejam disponibilizados em meios acessíveis ao público em geral, como nas listas telefônicas, sejam coletados e utilizados para fins publicitários. Para dar eficácia à norma, o texto prevê ainda que o cidadão que se sentir lesado pode pedir indenização por cada contato tanto do estabelecimento que ceder informações como do que delas se utilizar. Ele segue agora para as comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça.

Plenário

Gastão Vieira cobra socorro para vítimas de virose no Maranhão

O deputado Gastão Vieira (PMDB-MA) apelou ao ministro da Saúde, José Serra, para que envie imediatamente técnicos da Fundação Adolpho Lutz e uma UTI móvel ao município de Arajatuba, em seu estado, onde quatro pessoas já morreram vítimas do hantavírus - doença causada por um tipo de rato silvestre.

O parlamentar explicou que a Adolpho Lutz é a única instituição com profissionais especializa-

dos na doença e a necessidade da UTI móvel existe porque a doença mata em 24 horas se o paciente não receber tratamento com equipamentos sofisticados, inexistentes naquela região. “Queremos evitar que a doença continue matando lá e se estenda a outros municípios porque é inadmissível que uma doença virótica continue matando e o Poder Público não faça nada para evitar”, advertiu.

Plenário

Jair Bolsonaro defende nova lei para remuneração dos militares

O deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ) acusou de “discriminatória” a medida provisória que trata da remuneração dos militares, editada pelo governo federal, e afirmou que a lei não gera um aumento efetivo em seus salários. Em sua avaliação, o aumento no valor do soldo e a queda nas gratificações reduziram o valor líquido do salário. “Para o militar da ativa seria mais vantajoso a revogação da MP”, afirmou. Além disso, o parlamentar exigiu uma lei de transição para a aplicação da nova remuneração.

Para exemplificar o prejuízo sofrido pelos militares, o deputado citou a lei do posto acima (aposentadoria com elevação de posto) que foi atingida pela proposta. Ele explicou que após a aprovação da MP, aquele militar



Deputado Jair Bolsonaro

que faltava um dia para completar 30 anos de serviço perdeu o direito do posto acima e o conseqüente aumento no soldo. “Um coronel que foi atingido pela nova lei, por exemplo, perdeu R\$ 690 em sua aposentadoria. Já um capitão que veio de sargento perdeu R\$ 1.324. O militar teve

28% de reajuste, mas perdeu 27% no soldo”, disse. Ainda como exemplo, ele citou a retirada do auxílio-moradia do militar, que girava em torno de R\$ 180 e que, a partir da aprovação, começou a ser descontado em até 3% no soldo. “Os parlamentares têm auxílio moradia, os procuradores do Ministério Público também. Por que não os militares que recebem menos do que nós?”, questionou.

Para o parlamentar, a criação do Ministério da Defesa, comandado pelo advogado Geraldo Quintão, está prejudicando o trabalho das Forças Armadas. Segundo ressaltou, a iniciativa do aumento concedido foi de Quintão que, segundo disse, vem adiando o mesmo desde julho do ano passado. “O ministro disse que reajustaria o salário dos mi-

litares. O tempo foi passando e nada de a MP chegar a esta Casa. É uma proposta fechada cuja negociação já está fechada”, ressaltou, ao frisar que toda a lei de remuneração foi calcada na necessidade de que o militar, mesmo o inativo, viesse a contribuir com a previdência.

Bolsonaro ressaltou que o último reajuste recebido pelas Forças Armadas foi em janeiro de 1994, quando o então ministro da Fazenda e atual presidente da República, Fernando Henrique, o concedeu para compensar as perdas salariais do ano de 1993. Ele lembrou que o Plano de Estabilização Econômica, lançado em 1994, reduziu todos os ganhos dos servidores públicos civis e militares, além da perda salarial de 12% ocorrida com a implantação da URV.

Caropreso destaca combate à sonegação

O deputado Vicente Caropreso (PSDB-SC) analisou as informações do Ministério da Fazenda de que 4,2 mil contribuintes, pessoas físicas que movimentaram mais de R\$ 1 milhão em suas contas bancárias em 98 e não declararam renda, estão sendo intimadas a explicar seus rendimentos à Receita Federal, bem como 2,4 mil empresas que se declararam inativas ou deixaram de prestar contas. “É uma notícia animadora, quando sabemos do elevado nível de sonegação em nosso país, que contribui para restringir ações do governo em vista da falta de recursos para investimentos, principalmente na área social”, comemorou.

Caropreso destacou que o Congresso teve papel importante neste fato, ao garantir a aprovação, no final do ano passado, de projetos de lei que permitem à Receita Federal fiscalizar e combater a sonegação, fazendo uso das informações relativas à movimentação bancária dos contribuintes e à abertura de processo administrativo para cobrança de créditos tributários,

posto) que foi atingida pela proposta. Ele explicou que após a aprovação da MP, aquele militar

690 em sua aposentadoria. Já um capitão que veio de sargento perdeu R\$ 1.324. O militar teve

ando o mesmo desde julho do ano passado. “O ministro disse que reajustaria o salário dos mi-

vis e militares, além da perda salarial de 12% ocorrida com a implantação da URV.

Nelson Marquezelli: medida provisória elimina direitos

O deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) antecipou sua posição contrária à Medida Provisória 2.131-2, reeditada em fevereiro deste ano, que trata das Forças Armadas. Segundo o parlamentar, a MP gerou uma insatisfação geral em todos os esta-

belecimentos militares, pois teria sido considerada injusta e prejudicial aos militares. “Ela elimina direitos e benefícios seculares oriundos das antigas legislações militares ou incorporadas com base em legislações de países vizinhos e de outros de maior desenvolvimento so-

cial”, explicou o parlamentar.

Para o deputado, essa é mais uma MP preparada com urgência, “nem sempre justificada e com clareza requerida, que prejudica, provoca injustiças e insatisfações”. Para ser corrigida, Marquezelli avalia que exigirá a ação institucional da Câmara

e do Senado Federal. “Faz-se necessário realizar uma revisão completa e criteriosa dessa MP para evitar tantos descontentamentos e tantas injustiças no seio das Forças Armadas, que são a verdadeira garantia dos poderes constituídos”, finalizou Marquezelli.

Robério Araújo pede incorporação para policiais

A Medida Provisória 2.041-12, que trata da concessão de Gratificação por Operações Especiais a policiais, foi criticada pelo deputado Robério Araújo (PL-RR), por não incluir como beneficiários os policiais militares do Distrito Federal e dos ex-territórios de Roraima e Amapá.

Para Araújo, que reivindicou ao ministro-chefe do

Gabinete Civil uma alteração urgente no texto, os policiais militares do DF e dos ex-territórios de Roraima e Amapá vêm enfrentando, há anos, uma luta na tentativa de obter um salário mais justo. “Esse descaso por parte do governo tem gerado problemas, a ponto de termos até mesmo paralisações dos militares em sinal de alerta”, disse.

Ary Kara lembra funcionalismo municipal

O deputado Ary Kara (PPB-SP) destacou que no último dia 19 de março foi comemorado o *Dia do Funcionário Público Municipal*, data que considera revestida “de um significado todo especial para os homens públicos deste país, principalmente para aqueles que se dizem municipalistas”.

Na sua visão, são nos municípios que as pessoas têm o seu trabalho, seu estudo, formam suas famílias, plantam e colhem seus sonhos. Ressaltou

a importância que esses funcionários possuem na resolução de todos os problemas que afetam o município, como a questão da educação, pavimentação das ruas, coleta do lixo, atendimento de saúde e segurança, entre outros. “Prestando um serviço cotidiano e eficiente, esses servidores colaboram decisivamente para que a chamada máquina municipal esteja voltada para o serviço dos seus habitantes”, observou Ary Kara.

movimentação bancária dos contribuintes e à abertura de processo administrativo para cobrança de créditos tributários, além do projeto de elisão fiscal.

Marçal Filho quer investigações sobre o FAT

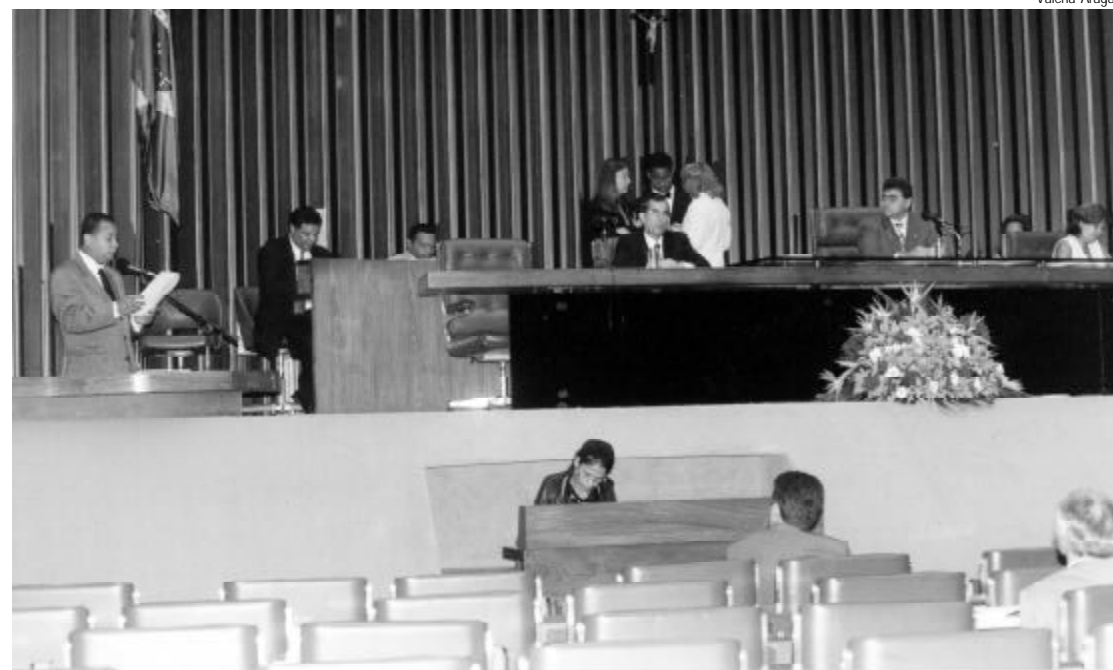
O deputado Marçal Filho (PMDB-MS) chamou a atenção para a presença em seu estado dos auditores do Ministério do Trabalho, que vão investigar desvios de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Ele citou matéria da *Folha de S. Paulo* para informar que, caso sejam detectadas irregularidades, os recursos do estado, que neste ano chegaram a um total de R\$ 4,6 milhões, serão suspensos. As denúncias envolvem duas empresas e três ONGs, entre elas o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, que teriam desviado cerca de R\$ 220 mil. “O governo estadual já demonstrou seu empenho em ir fundo nas investigações e nós esperamos que isto ocorra realmente, pois trata-se de acusações graves, que incluem denúncias de utilização destes recursos em campanhas políticas”, frisou Marçal Filho.

Plenário

Deputados destacam 82 anos do *Jornal do Comércio*

A Câmara dos Deputados comemorou, ontem, os 82 anos do *Jornal do Comércio* de Pernambuco, atendendo requerimento do deputado Marcos de Jesus (PL-PE). Ele congratulou-se com o presidente do periódico, João Carlos Paes Mendonça, bem como toda a diretoria e a equipe de jornalistas, fotógrafos, diagramadores e demais funcionários que, na sua opinião, são os grandes responsáveis pela manutenção do jornal nos mais altos níveis de qualidade gráfica, e pelo comprometimento ético e profissional junto aos seus leitores.

Marcos de Jesus fez um relato da trajetória do JC na história brasileira, para a qual contribuiu ativamente, incorporando-se à realidade social, política e econômica do estado. Foi, na sua visão, um instrumento indispensá-



Deputado Marcos de Jesus (na tribuna) autor do requerimento de homenagem ao jornal pernambucano

missão de fotos e cobertura de eventos *on line*, entre outros, o jornal começou composto em linotipo, impresso em uma pequena impressora Marione francesa, considerada modes-

mo tempo em que favoreceu o convívio dos mais jovens com os mais experientes.

“O resultado desta nova visão administrativa é visível na qualidade das repor-

Marcos de Jesus concluiu, fazendo votos de que o mesmo profissionalismo e competência continuem norteados o trabalho do *Jornal do Comércio* de bem informar,

CURTAS

■ **Odelmo Leão (PPB-MG)** pediu que seja cumprido o ato de reintegração de posse da fazenda Tangará, em Uberlândia. Segundo ele, trata-se de um propriedade constatada produtiva que agora estaria impedida de continuar os seus trabalhos. “A Justiça já deferiu a reintegração e dois tribunais a confirmaram”, disse, ao cobrar do governador Itamar Franco o cumprimento da decisão judicial.

■ **Cláudio Cajado (PFL-BA)** comemorou os 452 anos da mais antiga capital brasileira, Salvador, dia 29 de março. Com tradições históricas e populares e com belezas naturais e sincretismo religioso, a capital do Estado da Bahia, segundo ressaltou, é hoje um dos mais importantes pontos turísticos do país. Depois de também registrar o acervo histórico da cidade, o deputado elogiou o trabalho de restauração iniciado pelo senador Antonio Carlos Magalhães e que vem permitindo a reconstituição da história da cidade, sem perder sua originalidade.

■ **Luiz Bittencourt (PMDB-GO)** elogiou a Universidade Cató-

social, política e econômica do estado. Foi, na sua visão, um instrumento indispensável de informação e formação da opinião pública ao longo de várias décadas.

O parlamentar ainda lembrou as dificuldades enfrentadas pelo periódico nos anos 30, em função da perseguição política, e nos anos 70, dada a crise financeira, conseguindo, em todos estes momentos, se reerguer e, finalmente, se tornar um dos mais importantes do país.

“Embora atualmente disponha da melhor tecnologia - rotativa automática, câmeras digitais, *notebooks* para trans-

em linotipo, impresso em uma pequena impressora Marione francesa, considerada modesta até para os padrões da época”, ressaltou. “E apesar de todos os obstáculos, o *Jornal do Commercio*, comprado pelo grupo Bompreço nos anos 80, foi totalmente reformulado, experimentando, a partir daí, uma nova era”, lembrou.

O deputado se referiu aos instrumentos tecnológicos que o JC passou a usar e nos quais vem investindo substancialmente. Além disso, também iniciou uma fase de valorização do recursos humanos, na formação e reciclagem dos jornalistas, ao mes-

“O resultado desta nova visão administrativa é visível na qualidade das reportagens e dos cadernos especiais, mas, sem dúvida, na sensibilidade da equipe às questões de verdadeiro interesse social”, disse, ressaltando que a ampliação das atividades *on line* é outro fator significativo nesta nova fase. Tanto o é que dados mais recentes demonstram a visita de mais de seis mil pessoas diariamente ao site *JC Online*. “Todos estes aspectos juntos garantem o aumento da credibilidade e, naturalmente, do número de leitores”, destacou.

petência continuem norteando o trabalho do *Jornal do Commercio* de bem informar, a postura ética e o compromisso de contribuir com o desenvolvimento da consciência de cidadania.

Também prestaram homenagens aos 82 de fundação do *Jornal do Commercio* de Pernambuco, em nome de seus partidos, os deputados José Múcio Monteiro (PFL-PE), Carlos Batata (PSDB-PE), Fernando Ferro (PT-PE), Severino Cavalcanti (PPB-PE), Clementino Coelho (PPS-PE), Armando Monteiro (PMDB-PE) e Valdeci Paiva (PSL-RJ).

utilização da história da cidade, sem perder sua originalidade.

■ **Luiz Bittencourt (PMDB-GO)** elogiou a Universidade Católica do Estado de Goiás pelos resultados obtidos no mercado editorial, registrando uma média de 25 publicações a cada ano. “São livros de maior importância sobre todos os temas da área universitária que têm servido ao desenvolvimento da pesquisa e do conhecimento científico e ao avanço da universidade no Brasil”, explicou, ao destacar o lançamento do livro *Empresa Familiar Brasileira: Poder, Cultura e Decisão*, de Kátia Barbosa Macedo, mestre em Psicologia Organizacional e doutora em Psicologia Social da universidade.

■ **Orlando Fantazzini (PT-SP)** protestou contra a demora no repasse dos recursos do programa *Agente Jovem*, do governo federal, que dá bolsas a jovens que estão em liberdade assistida na Febem. “No caso de São Paulo, o primeiro repasse do convênio feito com o governo estadual só aconteceu no dia primeiro de março deste ano, sendo que o programa foi implantado em novembro do ano passado”, denunciou, acrescentando haver descaso da Secretaria de Desenvolvimento Social do estado.

Medina: Editora Vozes comemora 100 anos e lança selo

O deputado Rubem Medina (PFL-RJ) informou que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos estará lançando nesta semana um selo comemorativo dos 100 anos de fundação da *Editora Vozes*. Destacou que a editora representa bem o modelo de empresa que sempre se preocupou em contribuir para a me-

lhoria da educação e da cultura em nosso país.

Com o lema “uma vida pelo bom livro”, a editora foi fundada pelo frei franciscano, Inácio Hinte, em 5 de março de 1901, com o nome de *Typografia da Escola gratuita de São José*, depois *Vozes*, na cidade de Petrópolis e, ao longo destes 100 anos de

vida, manteve sua atividade produtora de livros de forma ininterrupta. Este feito, segundo o parlamentar, representa um fato raro no Brasil, principalmente no mercado de livros, que é reconhecidamente repleto de dificuldades de toda a ordem, a começar pela falta de incentivos governamentais, passando pelo preço

do papel, até chegar aos escassos leitores.

Nesse ponto Rubem Medina lembrou que o Brasil possui livrarias em apenas 600 de seus 5.700 municípios, quando, segundo a Unesco, um país desenvolvido deveria possuir uma livraria para cada 10 mil habitantes. “No Brasil se lê muito pouco”, concluiu.

Plenário

Xico Graziano
condena ação do
MST em MG

O deputado Xico Graziano (PSDB-SP) criticou a invasão da fazenda do embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima, no município de Umuarama, em Minas Gerais, pelo Movimento Sem-Terra, garantindo que de uma área total de 9.600 hectares, 8.500 são utilizados com plantações de grãos ou criação de gado leiteiro da melhor qualidade. “O restante é composto de florestas e mata virgem”, disse o parlamentar. Ele acha que atitudes como esta demonstram que está passando da hora de se criar um novo modelo de reforma agrária no país, com novas orientações.

O parlamentar, que se disse defensor da reforma agrária desde o início da luta nos anos 50, acredita que as diversas políticas implementadas pelo governo foram, aos poucos, transformando o modelo agrícola, a partir da transformação dos grandes latifúndios em empresas rurais produtivas. “Continuamos defendendo a reforma agrária no país, mas uma reforma de produção e não de confusão e, mui-

Paes Landim alerta para “morte” do Parnaíba

Falando pela liderança do PFL, o deputado Paes Landim (PI), chamou atenção para a reportagem *Gilbués já perdeu 7% da população*, publicada pelo jornal *Meio Norte*, de Teresina, sobre a morte anunciada do Rio Parnaíba. A reportagem indica que Gilbués tem a maior área desertificada no Nordeste, depois do Ceará, e o rio Parnaíba está cheio de coroas, num assoreamento cada vez mais profundo, “que poderá causar sua

morte”, avaliou o deputado.

Landim explicou que o Rio Parnaíba nasce no extremo sul do estado, exatamente onde corre grande perigo, considerando que seu principal afluente, o Rio Guruguéia, poderá também desaparecer em decorrência dos desmatamentos e falta de plano de manejo das suas margens. “Era oportunidade de o ministro Sarney Filho - já que o Rio Parnaíba é a fronteira líquida que separa o Maranhão do

Piauí - determinar, por meio da Agência Nacional de Águas, um estudo consistente sobre o Rio Parnaíba e seus afluentes, buscando evitar a morte anunciada com políticas que evitem a sua poluição e o desmatamento de suas margens”, sugeriu Paes Landim.

O deputado piauiense reiterou, ao mesmo tempo, seu pedido de instalação de um escritório do Ibama na cidade de São Raimundo Nonato.

Parlamentares pedem apuração de denúncias

O deputado Babá (PT-PA) pediu a intervenção estadual no município de São Félix do Xingu, no seu estado, acusando o prefeito do município de desviar R\$4 milhões, além de acusá-lo também de desviar verbas do Incra. Segundo ele, a situação no município é tão dramática, que vereadores do PSDB se acorrentaram na Câmara Municipal e realizaram greve de fome em protesto contra a não-investigação das denúncias de corrupção.

O parlamentar informou que encaminhou 21 processos ao Mi-

do também a postura do presidente Fernando Henrique Cardoso pelos desmandos ocorridos em São Félix do Xingu, pois, em sua avaliação, sabotando a existência da CPI da Corrupção, o primeiro mandatário dá um mau exemplo.

O deputado João Grandão (PT-MS), por sua vez, pediu ao Ministério Público que investigue denúncias já auditadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre malversação de verbas em projetos de fruticultura, dentro de programas do Ministério da Agricultura.

(PT-PR) já haviam apresentado ao TCU as denúncias anônimas que receberam. “O TCU constatou falta de acompanhamento e de fiscalização do Ministério da Agricultura que teria causado prejuízos de R\$ 13 milhões aos cofres públicos”, explicou.

Ele reclamou que a grande maioria da população é submetida a “sacrifícios desmedidos” quando poucos enriquecem ilícitamente com recursos públicos. João Grandão registrou ainda o sucesso de uma marcha do MST na cidade de Dourados (MS), de-

Ricardo Ferraço
denuncia ameaça
a Caparaó

O deputado Ricardo Ferraço (PSDB-ES) informou ao plenário a denúncia, feita pelo jornal *A Gazeta*, de seu estado, de que os mananciais hídricos que formam o Parque Nacional do Caparaó, uma reserva ecológica que recebe cerca de 30 mil visitantes ao ano, estão ameaçados pelos aterros sanitários existentes em suas proximidades.

“A situação é grave e merece uma atenção especial, tanto do Ministério do Meio Ambiente quanto do Ministério do Esporte e Turismo, já que o problema já está afetando o turismo na região”, advertiu, lembrando que, em Santa Marta, uma das reservas mais bucólicas e conservadas do Caparaó, o lixo fica junto à passagem para vários pontos turísticos, como em uma das trilhas que dá acesso ao Pico da Bandeira, o terceiro ponto mais alto do país.

O parlamentar pediu uma solução imediata para o problema como, por exemplo, a instalação de aterros sanitários que

rais produtivas. “Continuamos defendendo a reforma agrária no país, mas uma reforma de produção e não de confusão e, muito menos, de invasão de terras produtivas”, ressaltou.

com a não-investigação das denúncias de corrupção.

O parlamentar informou que encaminhou 21 processos ao Ministério Público Estadual contendo denúncias contra o prefeito. “É uma vergonha”, protestou, culpando

(PC) sobre maquiagem de verbas em projetos de fruticultura, dentro de programas do Ministério da Agricultura.

Segundo o parlamentar, em 1999, ele e os deputados Adão Pretto (PT-RS) e Valdir Ganzer

tamente com recursos públicos. João Grandão registrou ainda o sucesso de uma marcha do MST na cidade de Dourados (MS), depois da qual os participantes contribuíram gratuitamente com a limpeza das ruas em um ato político.

O parlamentar pediu uma solução imediata para o problema como, por exemplo, a instalação de aterros sanitários que não ofereçam risco ao meio ambiente e à população.

Elias Murad protesta contra horário de verão

O deputado Elias Murad (PSDB-MG) condenou a manutenção do horário de verão, acusando-o de afetar o ritmo biológico do ser humano. Ele citou pesquisas que revelam que mudanças ocorridas no chamado relógio biológico geram nervosismo, inquietação, insônia e irritabilidade.

Segundo o parlamentar, na França, onde também existia este

horário de verão, foram feitas pesquisas com idosos e crianças, que revelaram um grande aumento de estresse nestes seres humanos. “O governo nunca aceitou nossas ponderações”, lamentou, esperando que desta vez o Ministério das Minas e Energia leve em conta as opiniões daqueles que se posicionaram contra o horário de verão, por ele classificado de “malfadado”.

Fernando Zuppo: cooperativismo precisa de cuidados especiais

O deputado Fernando Zuppo (SP) defendeu que as cooperativas devem contribuir tributariamente de forma diferenciada. Ele lembrou que a constituinte de 1988 ao inserir, no capítulo referente ao Sistema Tributário Nacional, norma específica relativa a tributação das cooperativas, pretendeu dar um tratamento tributário adequado a essas sociedades, porque entendia, de antemão, que o cooperativismo

é uma realidade que merece cuidados especiais e que não pode sofrer, sob pena de sucumbir, todos os encargos que incidem sobre uma empresa em geral.

“O poder de tributar envolve o poder de destruir”, afirmou. No texto constitucional, destacou o deputado, o legislador já pregava a necessidade de não sufocar as cooperativas. “Não as impeçam de atingir seus objetivos econômicos e princi-

palmente sociais”, dizia o texto.

O deputado explicou que a “gula do Fisco” vem ameaçando a existência das cooperativas e que esse apetite vem sendo representado pela edição de uma MP que pretende dar tratamento igualitário às cooperativas e às empresas, indiscriminadamente. “Dentro de pouco, esta MP será votada e devemos estar preparados para defender com nosso voto os ideais cooperativistas”, conclamou.

Deputados apelam por populações locais

O deputado Manoel Vitório (PT-MS), discorrendo sobre a situação do Pantanal Matogrossense, disse que é preciso compatibilizar a preservação ambiental com a sobrevivência do ser humano. Ele disse que 10 mil famílias pantaneiras estão sofrendo e passando por enormes dificuldades por causa da “destruição do Rio Taquari” e condenou

a “exclusão social, que leva o cidadão à miséria e à marginalidade”.

Manoel Vitório apelou ao Senado para que aprove o chamado *Projeto Pantanal*, já apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos daquela Casa, porque a proposição “muito beneficiará a região”.

O deputado Waldomiro Fioravante (PT-RS), por sua vez, apelou

ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao novo ministro das Minas e Energia, José Jorge, para que “deixem de lado as promessas e a hipocrisia do projeto neoliberal e tenham grandeza suficiente para atenderem a pauta de reivindicações do Movimento dos Atingidos por Barragens”. O parlamentar explicou que a reivindicação desse

movimento, que esteve em Brasília em meados de março, em mobilização contra a construção de grandes barragens e hidrelétricas, existe há mais de quatro anos e “mofa no Palácio do Planalto”.

“São agricultores e cidadãos simples que foram expulsos de suas terras em nome do progresso do país, sem que lhe fossem garantidas

as condições de subsistência, de maneira que os benefícios dessas grandes obras foram direcionados às grandes empreiteiras nacionais”, assegurou. “No Brasil, há mais de 700 mil pessoas nessas condições e eu sou solidário a eles, que viram o futuro se afogar na profundidade dos lagos, sem que qualquer alternativa digna de vida”

Comissões

Sócio de Pelé nega interesse em acordo com a CBF

Em depoimento realizado ontem na CPI da CBF/Nike, o empresário Hélio Viana, sócio do ex-jogador e ex-ministro dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, na Pelé Sports & Marketing, assegurou que não existiram interesses de negócios da empresa por trás do acordo que envolveu o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, o Clube dos Treze, o próprio Pelé e o ministro do Esporte e Turismo, Carlos Mello, em torno do fim do passe no futebol brasileiro. A medida, proposta pela Lei 9.615/98, a chamada Lei Pelé, estava sendo postergada pela MP 9.981/00, que a alterou. Com o acordo, o passe extinguiu-se em 26 de março.

“Questões de negócios jamais foram colocadas com Ricardo Teixeira. Não existe interesse de nossa parte em fazer negócio com a CBF, até porque ela já tem sua própria agência de marketing esportivo. E mesmo que não tivesse, também não faríamos, porque isto comprometeria a imagem do acordo feito entre o Pelé e a CBF”,



Hélio Viana (E) e os deputados Aldo Rebelo e Silvio Torres, durante depoimento na CPI da Nike

em que são sócios, lembrando que o ex-jogador é dono da marca representada por seu apelido e que o contrato foi fechado entre ele e a emissora diretamente, Hélio Viana considerou “uma casualidade” o contrato ter sido fechado na mesma época do acordo. “Os contatos já haviam sido feitos há um ano. Faz todo sentido que uma empresa como

com Perondi e salientou que “não há um ser vivo no planeta que seja tão respeitado quanto o Pelé”. Para o empresário, o jogador é mais venerado fora do país do que dentro dele. E citou como exemplo a foto que o atual presidente dos EUA, George W. Bush, mantém no avião oficial da presidência, na qual aparece ao lado de Pelé ainda jovem, quando era

ro em comparação com o de países mais desenvolvidos da Europa. “O Palmeiras, por exemplo, disputou 107 partidas no ano passado. Isto é um absurdo”, acusou, lembrando que a média no exterior é de 70 partidas. Hélio Viana identificou as administrações amadoras, o calendário incoerente, as atividades comerciais inexploradas ou mal exploradas e a

Herança do Estado Novo

Hélio Viana identificou no Decreto 3.199/41, que remonta ao Estado Novo e cria a antiga Confederação Brasileira de Desportos (CBD), a origem dos problemas no futebol brasileiro e no esporte em geral. O empresário também criticou a permanência excessivamente longa de presidentes à frente das federações esportivas. “Há federações cujo dirigente eu conheço desde que nasci. O presidente da federação de futebol do Rio de Janeiro, por exemplo, há quanto anos é o mesmo?”, indagou, questionando o que levaria alguém a manter-se por tanto tempo no cargo.

Sobre o acordo em torno do fim do passe e de mudanças na Lei Pelé, Viana explicou que ele ocorreu em função das “várias correntes pensantes” do

